

**PORTARIA Nº 698, DE 10 DE JULHO DE 2018**

Deferir readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da FMRP-USP-FAEPA

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Nome do Projeto: Implantação do Centro de Oncologia Ocular do HCFMRP-USP

SIPAR: 25000.001206/2017-34

Prazo de execução: 24 meses

Valor readequado: R\$ 2.923.919,22 (dois milhões, novecentos e vinte três mil, novecentos e dezenove reais e vinte e dois centavos).

Resumo do projeto: Oferecer à população serviços de terapia oncológica até então apenas oferecidos na capital.

Art. 2º Revogar o inciso XLI, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.184, de 9 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

**PORTARIA Nº 699, DE 10 DE JULHO DE 2018**

Deferir readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

Instituição: Associação dos Deficientes Visuais de Ribeirão Preto e Região (ADEVIRP)

CNPJ: 02.500.153/0001-23

Nome do Projeto: Guias do Pedal: o ciclismo da inclusão

SIPAR: 25000.001699/2017-11

Prazo de execução: 12 meses

Valor readequado: R\$ 369.978,70 (trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e setenta centavos).

Resumo do projeto: Prezar pela inclusão de pessoas com deficiência visual e oferecer a elas a oportunidade da prática do ciclismo como forma de desenvolvimento pessoal, esportivo, cognitivo, motor, educacional e de cidadania.

Art. 2º Revogar a Portaria SE/MS nº 1.297, de 21 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

**PORTARIA Nº 700, DE 10 DE JULHO DE 2018**

Deferir readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

CNPJ: 92.815.000/0001-68

Nome do Projeto: Renovação Tecnológica para a garantia dos serviços prestados

SIPAR: 25000.002472/2017-84

Prazo de execução: 12 meses

Valor readequado: R\$ 1.252.039,96 (Um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, trinta e nove reais e noventa e seis centavos).

Resumo do projeto: Aquisição de tecnologias para a área onco-pediátrica para qualificar a assistência prestada aos pacientes.

Art. 2º Revogar a Portaria SE/MS nº 1.288, de 20 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA****DIRETORIA COLEGIADA****ARESTO Nº 1.152, DE 9 DE JULHO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 16, realizada em 3 de julho de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

Diretor-Presidente

Substituto

ANEXO

Recorrente: HL Ind. Com. Distribuição Import. e Export Ltda Me

CNPJ: 15.226.987/0001-37

Processo: 25351.641660/2014-86

Expediente: 2026413/17-5

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 090/2017 - Corea/GGALI.

Recorrente: NS2.Com Internet S.A.

CNPJ: 09.339.936/0001-16

Processo: 25351.508286/2016-21

Expediente: 2102785/17-4

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer nº 094/2017 - Corea/GGALI.

**DESPACHO Nº 152, DE 9 DE JULHO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo, bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

Processo nº: 25351.910993/2017-27

Agenda Regulatória 2015-2016: Não é tema da Agenda

Assunto: Guia sobre os ensaios e informações importantes para a demonstração da qualidade de medicamentos tópicos e transdérmicos para fins de registro.

Área responsável: GRMED

Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

**DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS****DESPACHO Nº 155, DE 10 DE JULHO DE 2018**

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente nº 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

WILLIAM DIB

ANEXO

Empresa: WRIGHT MEDICAL BRASIL LTDA

CNPJ: 08.051.626/0001-39

Processo: 25351.660480/2017-60

Expediente: 0394292/18-9

Nome Comercial (Produto): PARAFUSOS MICA

Data do Protocolo: 16/05/2018

Empresa: HARTMANN IND COM PRODS MEDICO

HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 30.667.695/0001-20

Processo: 25351.197379/2018-40

Expediente: 0399140/18-7

Nome Comercial (Produto): SONDA GASTRODUODENAL

NUTRICAIR ENTERAL ADULTO COM ENFIT EM PU + GUIA

Data do Protocolo: 17/05/2018

Empresa: HARTMANN IND COM PRODS MEDICO

HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 30.667.695/0001-20

Processo: 25351.197382/2018-63

Expediente: 0398567/18-9

Nome Comercial (Produto): SONDA GASTRODUODENAL

NUTRICAIR ENTERAL ADULTO COM ENFIT EM PU + GUIA +

LASTRO

Data do Protocolo: 17/05/2018

Empresa: KORAL PRODUTOS MÉDICOS CORRELATOS E

DESCARTÁVEIS LTDA - EPP

CNPJ: 02.005.077/0001-80

Processo: 25351.160056/2018-09

Expediente: 0398469/18-9

Nome Comercial (Produto): Espuma Gentle

Data do Protocolo: 17/05/2018

Empresa: KORAL PRODUTOS MÉDICOS CORRELATOS E

DESCARTÁVEIS LTDA - EPP

CNPJ: 02.005.077/0001-80

Processo: 25351.160064/2018-47

Expediente: 0398463/18-0

Nome Comercial (Produto): Fibrosol Ag

Data do Protocolo: 17/05/2018

**SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS****CONSULTA PÚBLICA Nº 32, DE 9 DE JULHO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta das Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas para intoxicações por agrotóxicos, apresentada pela Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas>.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

**CONSULTA PÚBLICA Nº 33, DE 9 DE JULHO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de incorporação do esilato de nintedanibe para o tratamento de pacientes com fibrose pulmonar idiopática, apresentada pela Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda, nos autos do processo NUP 25000.492104/2017-16. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas>.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN